

LIXO RADIOATIVO NO CONTEXTO DO DESASTRE COM O Cs137, EM GOIÂNIA: CONSTRUÇÃO  
DA PAISAGEM NUCLEAR E DOMESTICAÇÃO DAS PERCEPÇÕES DE RISCO

Telma Camargo da Silva

**Introdução: Representações locais e mídia internacional – de qual  
depósito de lixo radioativo estamos falando?**

*Strawberry Fields Forever*  
*Let me take you down*  
*'Cause I 'am going to*  
*Strawberry fields*  
*Nothing is real*  
*And nothing to get hung about*  
*Strawberry Fields forever*  
*Living is easy with eyes closed*  
*Misunderstanding all you see*  
*It 's getting hard to be someone*  
*But it all works out*  
*It doesn 't matter much to me*  
John Lennon e Paul Mac Cartney<sup>1</sup>

Em 1995, numa sala de aula do Programa de Doutorado da *City University of New York – Graduate Center* (CUNY-GC), Shiley Lindenbaum, minha orientadora, me entregou um recorte do jornal *The New York Times* com o título “*Tourist Site Springs from a Nuclear Horror Story*”. Junto com o jornal, uma recomendação foi feita: “Parece que você terá que incluir uma reflexão sobre turismo internacional e desastres radioativos na sua pesquisa doutoral”. O projeto a que ela se referia tinha como eixo central as narrativas e experiências de doenças no contexto do desastre radioativo com o césio 137 em

---

<sup>1</sup> Canção do álbum *Magical Mystery Tour*, de 1967.

Goiânia.<sup>2</sup> Naquele momento, após um período de permanência de quatro anos em Nova York e do cumprimento dos requisitos acadêmicos junto à CUNY-GC, eu me preparava para regressar ao Brasil e realizar pesquisa de campo em Goiânia. Esta notícia e a observação da minha orientadora provocaram instabilidade e angústia naqueles momentos que antecederiam meu regresso ao campo. Embora compartilhasse do entendimento de que existe uma dinâmica própria à realidade vivenciada em campo e que acuradas e sensíveis leituras de documentos, escuta, observação e olhar dos acontecimentos e das representações feitas por nossas e nossos interlocutoras/es face a estes acontecimentos redirecionam os projetos previamente elaborados, fiquei afetada pela possibilidade de mudança naquele momento.

A notícia trazida pelo jornal, ao mesmo tempo em que sugeria uma nova perspectiva a ser adotada pelo projeto de pesquisa doutoral, construído a partir de pesquisas de campo anteriores (1987-

---

2 O desastre radioativo com o céσιο 137, situado oficialmente em 1987, decorreu da abertura de um aparelho radioterápico, usado para o tratamento de câncer, abandonado pelos então proprietários do Instituto Goiano de Radioterapia (IGR), no setor central da cidade de Goiânia. A data da abertura é indicada por alguns como sendo 13 de setembro de 1987 (IAEA, 1988, p.11) e, por outros, 10 de setembro de 1987. A situação vivenciada pelos moradores da cidade face à exposição radioativa no período entre 10 e 28 de setembro de 1987 é definida como “fora de controle” (*“time of loss control”*) (ROZENTAL, [s.d.], p. 10) pelo sistema perito nuclear. Isto porque os técnicos nucleares só chegaram em Goiânia no dia 29 de setembro de 1987, quando teve início o processo de gestão da catástrofe. Quatro pessoas morreram nos dias subsequentes à abertura do equipamento e duzentas e quarenta e nove foram consideradas contaminadas (IAEA, 1988). Contudo, até hoje, 2015, inúmeros indivíduos tentam provar na justiça a relação de causa e efeito entre o desastre e seus sofrimentos físicos e emocionais (SILVA, 2015a; 2009a; 2004; 2002; 2001a; 1998a; 1998b). Embora desastres radiológicos já houvessem ocorrido (Cidade do México, 1962; Argélia, 1978; Cidade Juarez, no México, 1983) o de Goiânia era considerado pela Agência Internacional de Energia Atômica, em 1988, como sendo o mais grave (IAEA, 1988, p. 11).

1988; 1990) e de um referencial teórico fundamentado na Antropologia da Saúde e da Doença levantava, também, um questionamento: qual o sentido daquela notícia ser publicada em 1995, no *The New York Times*, quando eu tinha informação de que o depósito permanente de rejeitos radioativos ainda não havia sido construído, oito anos após a produção do lixo radioativo, em 1987?<sup>3</sup> Contatei imediatamente amigos e amigas no Brasil e fui informada de que a notícia de um projeto de transformação do depósito de Abadia – como era localmente conhecido – em lugar turístico não havia sido divulgada na imprensa escrita goiana. Então, outro questionamento surgiu: por que esta notícia havia, aparentemente, só ter sido publicada em jornal internacional e não na imprensa escrita local?

Provocada, então, pela reportagem e pela orientadora, pesquisei sobre a temática do turismo internacional nas ciências sociais; reli o artigo do jornal e busquei, nas minhas lembranças e notas de campo do período entre 1987-1990, dados e fatos relativos ao lixo nuclear e ao depósito. Acreditava que, assim, poderia problematizar a notícia do *The New York Times* e redimensionar o projeto de pesquisa em andamento.

A literatura antropológica disponível naquele momento sugeria que o turismo internacional era referenciado nas ciências sociais como “*Four S’s – Sun, sex, sea and sand*” (MATTHEWS, 1977, apud CRICK, 1989, p. 308), indicando que a apropriação dos eventos críticos e catástrofes pela indústria internacional do turismo não era

---

3 O lixo produzido pelo desastre de Goiânia foi armazenado em tambores e contêineres que foram levados, em 1987, do centro de Goiânia para um local situado no então distrito de Abadia de Goiás, a 20 km de Goiânia. Este depósito, nomeado como Depósito Provisório de Rejeitos Radioativos, ficaria ali por dois anos, ou seja, até 1989, quando seria anunciado o lugar que abrigaria o depósito definitivo e iniciada a sua construção. (IAEA, 1988, p. 82-85). Contudo, isto não aconteceu e o depósito permanente só foi concluído em 1997, edificado no mesmo terreno onde se encontrava o provisório.

um tema de pesquisa nas ciências sociais. Em termos empíricos, outra questão se colocava: existiriam outros locais de lixo radioativo que haviam sido transformados em locais turísticos? Assim, em finais da década de noventa do século XX, a temática parecia não ter sido explorada, sugerindo que a reformulação do meu projeto poderia preencher uma lacuna nas reflexões antropológicas.

Voltando ao artigo do *New York Times*, a matéria anunciava, em 1995, a construção de um depósito permanente de rejeito radioativo em substituição ao provisório (1987), e antecipava, então, algo novo que era a transformação de abrigo de lixo radioativo em local turístico. Segundo informações colhidas pelo correspondente do *New York Times* no Brasil, James Brooke, junto ao Diretor Regional da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Sr. Paulo Ney, a intenção da agência era a de converter um evento catastrófico – o desastre radioativo com o céσιο 137, em Goiânia – em “algo positivo”. Daí a ideia de local turístico. Segundo este representante da CNEN, em Goiás, o depósito permanente de rejeitos radioativos abrigaria um centro de informações entendido como um “memorial às vítimas do céσιο” e um parque com árvores nativas do cerrado. Os turistas poderiam subir até o topo de um morro coberto de grama no interior do qual estaria o prédio construído para abrigar o depósito. E, de acordo com o coordenador da Organização Não Governamental (ONG) *Samauma Fauna Flora*, Celso Carelli Mendes, também ouvido pela reportagem, o projeto previa um espaço, no complexo, para abrigar quatro grupos ambientalistas. Para ele, não haveria problema este local abrigar escritórios, considerando que todo material com potencial risco de contaminação radioativa para pessoas e meio ambiente estaria armazenado segundo normas de segurança. E o artigo do jornal termina com as palavras desse ambientalista, entusiasmado com a perspectiva de ver o depósito de lixo nuclear transformado em local

turístico, projetando, no futuro, a visão de como o espaço seria ocupado: “Todo fim de semana, desejamos ter aqui feiras: artesanatos, comida regional (...) Devemos criar o hábito das pessoas visitarem a área. Provavelmente devemos iniciar oferecendo durante os finais de semana serviço grátis de ônibus até o local”<sup>4</sup> (BROOKE, 1995, p. 4).

As narrativas do perito nuclear e do ambientalista, trazidas pelo correspondente, no Brasil, do jornal estadunidense, sugeriam uma relação harmoniosa entre natureza, lixo nuclear, depósito de rejeitos radioativos, alimentação, objetos artesanais e pessoas visitantes – um lugar de turismo e lazer. Esta representação se contrapunha ao que havia observado sobre o lixo e o depósito no período entre 1987-1990. A minha primeira experiência sensível com o local foi a de uma antropóloga curiosa e sem noção do perigo e remonta aos meses de setembro-outubro de 1987, quando entrei sem nenhuma restrição na área de cerrado, distante 20 km do centro de Goiânia, situada no distrito de Abadia de Goiás, onde se iniciava a construção do depósito provisório (Figura 1). As máquinas pesadas tomavam conta da paisagem, operários da companhia de eletricidade instalavam a luz elétrica (Figura 2), caminhões transportavam o lixo radioativo retirado do centro de Goiânia. E no local já se encontrava o container contêiner o cabeçote do aparelho de radioterapia com parte do césio 137 (Figura 3). Toda esta paisagem nuclear em “gestação” estava sob a vigilância de policiais militares<sup>5</sup> (Figura 4) acampados em barracas

---

4 Minha tradução livre do original: “*Every weekend, we want to have markets there – handicrafts, regional foods, (...) We have to create the habit of people visiting the area. We should probably start by offering free city buses to the site on weekends*”.

5 Alguns desses policiais se tornariam meus interlocutores em 1997, quando tornaram públicas suas angústias e sofrimento e associaram suas doenças ao fato de terem trabalhado na guarda dos locais em processo de descontaminação e no depósito provisório de Abadia de Goiás (SILVA, 1988a; 1988b; 2002). A exposição desses

improvisadas. Esta experiência, captada em fotografias, marcava o início do depósito e a minha experiência com o lugar agora assinalado, via matéria jornalística, como turístico. Nada, naquele momento, em 1987, sugeria um local seguro. Era um descampado sendo ocupado e transformado como resposta à crise e ruptura vivenciadas pelos moradores de Goiânia em decorrência do desastre com o césio 137.



Figura 1: Entrada do depósito provisório em construção  
Fonte: Telma Camargo da Silva (Foto: 1987)



Figura 2: Funcionário da Companhia de Eletricidade  
Fonte: Telma Camargo da Silva (Foto: 1987)

---

profissionais à “excessiva” radiação já havia sido levantada pela então vereadora do PC do B, Denise Carvalho, em 1989 (O POPULAR, 1989).



Figura 3: Primeiros contêineres com o lixo radioativo no depósito provisório  
Fonte: Telma Camargo da Silva (Foto: 1987)



Figura 4: Policiais militares jogando damas na guarda do depósito provisório  
Fonte: Telma Camargo da Silva (Foto: 1987)

Nessa época (1987-1990) a que minhas lembranças acionadas em 1995 recorriam, as notícias dos jornais impressos focalizavam a mobilização dos moradores de Goiânia e de Abadia de Goiás face ao risco de serem contaminados pelo lixo radioativo. Os primeiros, moradores de setores próximos aos locais onde a CNEN realizava os trabalhos de descontaminação, faziam manifestações contra a presença dos tambores e contêineres próximos às suas casas e reivindicavam a retirada urgente do lixo do centro da cidade de Goiânia.<sup>6</sup> Os segun-

---

<sup>6</sup> Essa percepção de risco foi um dos motivos de criação da Associação das Vítimas do Césio 137 (SILVA, 2015a; 2015b; 2002).

dos contestavam a escolha de Abadia de Goiás como local definido para o depósito provisório e se manifestavam contra a transferência do lixo do centro de Goiânia para as proximidades de suas casas. Em 1987, eles organizaram passeatas e bloquearam a rodovia BR-060 que dá acesso ao depósito com máquinas agrícolas no esforço de impedir a transferência dos rejeitos radioativos. Estes manifestantes foram contidos pela Polícia Militar e o “(...) governo, buscando prevenir novos confrontos, autorizou a ocupação da cidade pela PM por 3 dias” (CHAVES, 1991, p. 7).

Transferido o lixo, a mobilização continuou ativa, liderada pelo Sr. Adalfior Moraes – presidente da Associação dos Moradores de Abadia – em articulação com lideranças políticas como representantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Partido Verde (PV) e Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1989, quando Luis Inácio Lula da Silva, em campanha para a presidência da república, visitou Goiânia, um documento com a assinatura dessas lideranças foi entregue ao então candidato, solicitando apoio para resolver a situação do depósito de lixo radioativo (Figuras 5 e 6).

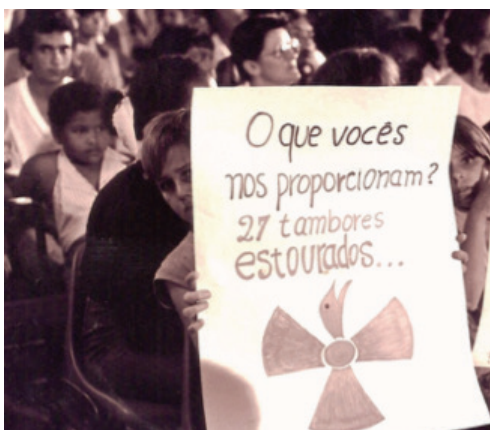


Figura 5: Moradores de Abadia se manifestam durante a reunião com o candidato Luis Inacio Lula da Silva

Fonte: Telma Camargo da Silva (Foto: 1989)





Figura 6: O candidato Luis Inácio Lula da Silva manifesta seu apoio às reivindicações encaminhadas pelos moradores de Abadia e pela Associação das Vítimas do Césio 137

Fonte: Telma Camargo da Silva (Foto: 1989)

Em 1989, a população estava aterrorizada com o fato de morar ao lado dos tambores já corroídos pelo tempo devido à ação da chuva e do sol e tinham medo de que a contaminação estivesse atingindo o solo e que a radiação estivesse sendo levada pelo vento.



Figura 7: Depósito provisório

Fonte: Acervo CNEN



Figura 8: Depósito provisório

Fonte: Acervo CNEN

Essas lembranças rememoravam ações de moradores que percebiam o lixo e o depósito como perigosos e confrontavam o risco por meio de manifestações organizadas. As memórias por mim acionadas em 1995 indicavam ativismo, resiliência e a percepção de que o lixo e o repositório de rejeitos representavam perigo, o que contrastava com a ideia de depósito como lugar de turismo e lazer. Logo, a questão que se colocava naquele momento era a investigação do processo que permitiu a aceitação pública do depósito antes lugar de risco e, agora, segundo a notícia, lugar turístico em gestação. Duas manchetes publicadas pela imprensa escrita, uma de 1987 e a do NYT, de 1995, assinalam esta mudança:



Figura 9: Matéria de imprensa escrita datada de 1987

Fonte: Acervo Pessoal

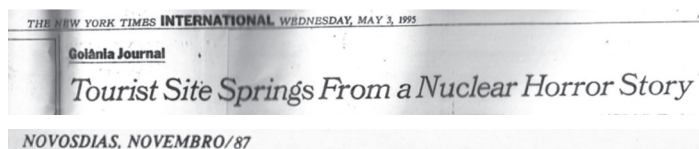


Figura 10: Matéria de imprensa escrita datada de 1995

Fonte: Acervo Pessoal

Pensando nesta questão, ampliei o projeto inicial de pesquisa e retornei ao campo em 1996. Durante aos anos de 1996-1997, estive várias vezes no depósito permanente em construção na agora cidade de Abadia de Goiás<sup>7</sup> e participei da cerimônia de inauguração, em junho de 1997, do Centro Regional de Ciências Nucleares do Centro-Oeste, onde está localizado o Depósito Permanente de Rejeitos Radioativos do Césio 137. No entanto, a questão central evidenciada em campo foi a de representações de saúde e doença articuladas por diferentes atores sociais do desastre e a discussão da política da memória e do sofrimento social (KLEINMAN et al., 1997) em contextos de evento crítico (DAS, 1998). Assim, a tese (SILVA, 2002) retomou o curso do projeto pensado anteriormente e o tema do lixo radioativo e do depósito permeiam parte da análise, mas não são a temática central de reflexão. Deste modo, a questão por mim formulada em 1995 com a leitura da matéria publicada pelo *The New York Times* permaneceu em aberto.

Este artigo se apresenta, então, como uma oportunidade de retomar a problemática pensada em 1995 em resposta a uma provocação de Shirley Lindenbaum e reconfigurada agora em torno de duas questões centrais. A primeira: Como o lixo radioativo e o depósito para abrigar este lixo são percebidos por moradores, governantes, sistema

---

7 O distrito de Abadia de Goiás é elevado a município em 27/12/1995 como parte do conjunto de medidas compensatórias por abrigar o depósito de rejeitos.

perito nuclear e mídia ao longo dos anos? A segunda, decorrente da matéria do NYT que, ao noticiar a transformação do “lugar/horror nuclear” em “lugar/turismo”, sugere um processo de domesticação do perigo e gera a pergunta: Como se processa a domesticação dessa “paisagem nuclear”?<sup>8</sup>

Os dados sobre os quais a análise é feita resultam de pesquisa em documentos escritos (jornais, revistas, artigos científicos) e em imagens fotográficas que integram meu acervo pessoal; de anotações registradas em diários e cadernetas de campo durante observação participante feita em Goiânia em diferentes momentos (1987-1989; 1990; 1996-1997; 2010-2012; 2014-2015); de entrevistas construídas com pessoas atingidas pelo desastre e com jornalistas e, finalmente, pela releitura de trabalhos por mim escritos e publicados sobre o desastre de Goiânia.

### **A produção do lixo radioativo e a construção das personas césio: de coisas, sociabilidades, identidades e narrativas jornalísticas**

A liberação de cerca de 17 gramas de césio 137 (“SBF interroga CNEN”. *Autos de Goiânia*, 1988, p. 14) decorrente da abertura do aparelho de radioterapia produziu, em Goiânia,<sup>9</sup> 16 toneladas de resí-

---

8 Título do artigo de Françoise Zonabend (1995), em que autora analisa a reação das pessoas face à construção de usinas nucleares em Hague, na Manche (França). A autora discute como os e as moradores/es percebem e agem face à instalação dessas usinas e da estocagem do lixo nuclear na paisagem familiar “de água e terra” habitada desde tempos imemoriais (1995, p. 284 -300).

9 Rejeitos também foram produzidos e gerenciados no Hospital Naval Marcílio Dias – HNMD, para onde foram levadas as vítimas consideradas mais graves, e no Instituto de Radioproteção e Dosimetria, ambos localizados no Rio de Janeiro. Estes rejeitos eram constituídos basicamente de excretas de pessoas envolvidas no desastre e de materiais diversos, como roupas de proteção e hospitalares; instrumentos cirúrgicos, duas ambulâncias usadas no transporte de pessoas contaminadas; artigos pessoais de pacientes e profissionais envolvidos (PÉRES; SILVA, 1988). Estes rejeitos

duos sólidos. Esse material foi classificado segundo níveis de radiação e armazenado em tambores, caixas metálicas e contêineres à medida que a descontaminação da cidade se processava. Concomitante a estas atividades ele era, gradativamente, transferido para o depósito provisório onde ficou até 1997, quando foi inaugurado o depósito definitivo na mesma área. A atividade radioativa contida nestes rejeitos, com duração de 300 anos, impôs ao sistema perito nuclear a construção de um depósito que garantisse a contenção segura desse rejeito nuclear por um longo tempo.

Esse lixo é composto por “coisas” contaminadas que foram acessadas por parâmetros definidos pelo sistema perito nuclear e operacionalizados pela CNEN: papéis recolhidos pelos sucateiros que armazenados nos ferros-velhos contaminados também continham o césio 137; as residências que foram demolidas (como portas, janelas, pisos, chuveiro...); a vegetação que foi arrancada; as camadas superficiais de terra que foram retiradas;<sup>10</sup> e também por animais e plantas que compunham os lares das pessoas contaminadas pela radiação. Para as vítimas classificadas como radioacidentadas,<sup>11</sup> essas “coisas” das quais o lixo do desastre é feito materializam a ruptura efetiva que a catástrofe ocasionou em suas vidas. Em outras palavras, são os objetos de que falam as suas memórias familiares, afetivas e suas sociabilidades,

---

não constituem objeto de reflexão deste artigo. Sobre a hospitalização de vítimas no HNMD, ver Silva (2009).

10 Após a demolição das casas, retiraram-se camadas do solo de até 1,5m de profundidade. Em seguida, o terreno foi preenchido com brita grossa e argila e, posteriormente, concretado.

11 Termo nativo ao sistema perito médico-nuclear para nomear as pessoas que trazem em seus corpos as marcas físicas da radiação, seja pelos sinais visíveis das queimaduras deixadas pelo contato com o elemento radioativo (as radiodermites), seja pelo registro das doses recebidas quando medidas pelos diversos tipos de dosímetros, em 1987.

descontinuadas pelo desastre, que estão armazenadas no depósito de Abadia. Com as casas, foram parar no lixo os brinquedos, os documentos de identidade e de casamento, as fotografias, os presentes que assinalavam as comemorações de aniversário, os objetos domésticos comprados com o salário apertado: um lar e um futuro desfeitos. Os resíduos sólidos são, assim, a configuração da memória afetiva.

“Dias negros, sem passado”, título de matéria do jornal impresso *O Popular*, de 1988, em que a jornalista Rachel Azeredo entrevista alguns radioacidentados, é uma metáfora dessa descontinuidade da vida. Neste artigo, Santana Fabiano, uma das pessoas que teve a casa contaminada e, por isto, demolida, afirma:

Não consigo me sentir em casa, na casa onde moro agora. Me sinto como se fosse mais um móvel novo, não encontro meu canto e nem a máquina de costura consegue ser igual”. (...) Das fotos dos filhos ficou um único álbum e a Patrícia nem tem mais nenhuma foto de quando era pequena. Eu morava num barracão feio por fora, mas lindo por dentro, com um piso que eu escolhi, com colchas que sonhei em ter e consegui comprar. Era uma casa construída aos poucos, com amor, com carinho, diferente de onde estou (AZEREDO, 1988).

Por um lado, o lixo nuclear materializou esta percepção de desintegração da vida cotidiana – assim como a bomba atômica desintegra os átomos – e rompeu a relação entre passado e presente, comprometendo o projeto de futuro das pessoas. Sem os objetos do passado – sinalizadores das circunstâncias do presente (VELHO, 1994, p. 101) –, e na nova residência torna-se difícil elaborar projetos e pensar o futuro. Persiste o sofrimento para muitas das pessoas impactadas pelo desastre. Por outro lado, o desastre transfigurou pessoas em césio. Neste caso, engendrou um ser híbrido, em que as fronteiras entre humano e “coisa” ficaram diluídas e, por conseguinte, o “caráter sagrado da pessoa humana” (MAUSS, 1974, p. 241) algumas vezes

negado. Foi o que aconteceu em um dos momentos mais dramáticos da história desse desastre, quando, durante o sepultamento das duas primeiras vítimas fatais, os gritos de “lixo radioativo” ecoaram acompanhados do lançamento de pedras sobre os caixões (SIMONS, 1987; HOUSE, 1987). Para estes manifestantes, vítimas/césio/lixo radioativo/depósito configuravam uma só substância, representavam risco para a saúde dos moradores do bairro onde estava localizado o cemitério e provocariam a desvalorização dos imóveis construídos nas imediações. Por esta razão, este “ser césio” deveria ser levado para longe do espaço urbano de Goiânia e enterrado no local destinado a abrigar estas “coisas” que constituem os rejeitos do desastre.

Observado de outro ângulo, a percepção desse ser “meio césio meio humano”, nascido da/com a catástrofe, é subjetivamente vivenciado pelas vítimas do desastre, sugerindo a continuidade da tragédia além da temporalidade pontual do evento. João, que transportou em seu ombro a cápsula de césio 137 para a Vigilância Sanitária carrega a “coisa” como um número que escreve em todo lugar como uma memória performativa (CONNERTON, 1996, p. 2): nas paredes da sua residência; nos blocos de encomenda do polvilho que comercializa pelas ruas do bairro. Tereza, moradora, em 1987, da Rua 57, onde a cápsula foi aberta, adquire uma nova identidade: “Eu sou Tereza-137”. As vítimas que eram crianças em 1987 entrelaçam o evento à sua própria condição de existência: “É... costume dizer que é um fantasma. Eu cresci com o desastre. Porque não no sentido psicológico, mas em todos os sentidos”. Outro jovem diz: “Não tem como separar a (minha) identidade do desastre”. Essa “coisa” césio que cria uma “*persona* césio” também tem vida própria e interage com as pessoas:

Meu amigo foi lá em casa, acho que um ou dois dias depois que o césio tinha chegado... já tinha varrido a casa. Já tava espalhado tudo na casa, o césio (...) no... no chão... lá

no meu quarto... onde o céσιο tava. Meu amigo agachou. Olhou lá debaixo da cama, lá (...) o céσιο vivo mesmo (ênfase) estava ali (SILVA, 2010, p. 14).

Nas representações processadas pelo desastre de Goiânia, o “céσιο” é, então, esse “elemento vivo”, híbrido de “coisa” e humano, que engendra novas identidades e em, algumas representações, institui relações de posse e de parentesco entre as pessoas e o elemento radioativo: Elas, as vítimas, “são do céσιο”. É desta forma, por exemplo, que parte da mídia local se refere às pessoas que foram contaminadas em 1987: “Menina do Céσιο vai para seleção” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1999).<sup>12</sup> Se estas configurações sugerem que, no contexto do desastre, identidades são constituídas e novas subjetividades são vivenciadas, indicam, também, a persistência do trauma e do estigma.

É nesse contexto, que o lixo do céσιο também adquiriu “vida” e habitou as noites de alguns dos policiais militares que faziam a guarda do depósito provisório:

Já me contaram que tem gente que começou a ver coisas no depósito. Um certo dia, o soldado Teixeira estava na guarita, aí ele viu um clarão. Ele desceu da guarita e... saiu correndo e foi parar lá no nosso alojamento. Diz que tinha visto um fantasma. Num passou poucos dias, o Jorcelice ia prá lá... pro alojamento, (e viu) uma pessoa andando atrás dele. Ele parou. Olhou. Tava uma pessoa vindo de capa, que tava chovendo. Aí falou: – Vou esperar ele chegar perto do poste que lá tem luz, e vou ficar lá prá esperar. Quando ele olhou prá trás, num tinha ninguém. Ele chegou apavorado. Nós andamos tudo lá... em volta do depósito. Não achamos nada. Ele ficou desequilibrado. E depois teve o soldado Andrade que metralhou a porta da guarita. Ele diz que era uma coisa batendo na porta. Ele olhou, viu um cara lá embaixo. Pediu prá identificar, o cara

---

12 A matéria noticia o fato de que uma garota vítima do desastre foi selecionada para integrar a seleção brasileira de polo aquático.



não identificou. Tudo aconteceu na mesma guarita. A de número quatro (Soldado Carlos.<sup>13</sup> Entrevista colhida em abril de 1997).

As narrativas trazidas pelo soldado Carlos rememorando experiências vividas no período trabalhado no depósito provisório (1987-1997) ecoam outros fantasmas, aqueles que povoaram as narrativas de moradores de Abadia de Goiás e de Goiânia. Esses clarões vislumbrados pelos policiais militares ressoaram na imprensa como “vazamento” de radiação dos tambores enferrujados, fato assumido pelos representantes da CNEN:

A população do município de Abadia de Goiás passou uma semana agitada, com a notícia divulgada pelos jornais locais de que estavam vazando aproximadamente 30 tambores do depósito de rejeitos radioativos do acidente de Goiânia de setembro de 1987. A situação ganhou ares de tragédia quando o próprio coordenador da CNEN da região, Júlio Jansen Laborn, admitiu, em matéria publicada pelo *Correio Braziliense* de 08/06, que 27 dos 4.250 tambores apresentavam corrosão (CIÊNCIA HOJE – SBPC, 1989).

O perigo representado por estes tambores em deterioração habitou também o imaginário da população local. O fato, nomeado como “um macabro problema”, era entendido como um problema brasileiro e não só dos goianos:

Uma raiva crescente e justificável domina os líderes e a parte da população consciente do perigo, superpreocupados com esse problema MORTAL DOS TAMBORES DO LIXO RADIOATIVO (maiúsculas no original). (...) OS TAMBORES DO LIXO RADIOATIVO (maiúsculas no original) estão lá, ao relento sob o sol inclemente e a chu-

---

13 Carlos é um pseudônimo usado por mim para nomear este policial militar assim referenciado em outros trabalhos por mim publicados.

va fustigante corroendo OS TAMBORES (maiúsculas no original), e sabe-se que uma catástrofe poderá ocorrer repentinamente... Tremamos todos de medo dos TAMBORES DO LIXO RADIOATIVO (maiúsculas no original), tomemos todos consciência do perigo real que representa o DEPÓSITO PROVISÓRIO DO LIXO RADIOATIVO (maiúsculas no original)... (MONSORES, 1989, p. 8).

As expressões de medo e a persistência de manifestações quanto à situação desse depósito foram acompanhadas pelas tensões entre governo do estado de Goiás, governo federal e CNEN. Os pontos de conflito giravam em torno da definição do local definitivo para abrigar os rejeitos; da construção do depósito definitivo; e sobre a aprovação da regulamentação para construção de depósitos permanentes de rejeitos nucleares no Brasil, em tramitação no Congresso Nacional, e que precedia a tomada de decisão relativa ao caso de Goiás. A imprensa escrita local tomava partido nos debates, ora enfatizando os jogos de interesse relativos à tomada de decisão, ora dizendo da falta de competência técnica da CNEN em realizar o empreendimento da envergadura de um depósito permanente de rejeitos. Nesse sentido, era um ator social integrante do conjunto de vozes distoantes que produziam as representações sobre o lixo e sobre o depósito.

Compartilhando do entendimento de que “Os meios de informação são os lugares em que as sociedades industriais produzem o nosso real”,<sup>14</sup> Veron (1981, p. 8) chama atenção à mudança operada no tratamento que a imprensa escrita local deu ao lixo e ao depósito a partir de 1991. O anúncio do local definitivo que abrigaria o depósito foi narrado como uma decisão tomada sem conflitos e o evento, que até então era noticiado como uma tragédia em processo, passou a ser narrado tendo como foco a ideia de sua finitude:

---

14 Do original, em francês: “Les médias informatifs sont le lieu où les sociétés industrielles produisent notre réel”.

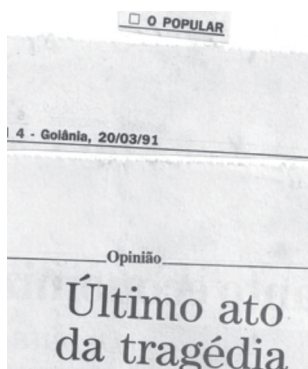


Figura 11: Título de editorial do Jornal *O Popular*, 1991

Este último ato, anunciado em 1991, foi efetivado, segundo estas narrativas, com a inauguração do depósito permanente em 1997, reiterado pela imprensa como “ponto final do acidente” e entendido pelo então governador Maguito Vilela como “final feliz para o drama marcado por mortes...” (CUNHA, 1997). É nesse contexto que a cerimônia de inauguração foi interpretada como o sepultamento daquele “ser vivo” presente na narrativa do jovem radioacidentado mencionada anteriormente:



Figura 12: Título de matéria do Jornal *O Popular*, 1997

Fonte: Acervo pessoal

A incompetência técnica da CNEN, assinalada pela mídia impressa tanto na gestão da catástrofe, em 1987, como ao longo do período de 1989-1991, é “sepultada” com o lixo e as narrativas da imprensa

ênfatisam o local, agora Centro Regional de Ciências Nucleares do Centro-Oeste (CRCN-CO),<sup>15</sup> como um polo de segurança e de referência na área nuclear. As matérias publicadas sobre a inauguração do depósito, em 05 de junho de 1997, ênfatisaram e ressoaram a afirmação do Coordenador do Projeto de Construção do Centro Regional de Ciências Nucleares do Centro-Oeste, Alfredo Tranjan Filho, de que o local representava “uma vitória da Ciência e Tecnologia Nacional” (CUNHA, 1997). O foco narrativo, centrado na competência tecnológica e no pressuposto de que o Brasil produzia conhecimento científico na área de gestão de lixo nuclear, era urdido com o outro, de que o “césio estava sendo sepultado”. Para quem acompanhou a trajetória das notícias ao longo desse período, fica evidente uma mudança na narrativa jornalística veiculada pela mídia impressa local.

Para Noêmia Felix, uma das jornalistas que fez a cobertura da inauguração,<sup>16</sup> houve uma “construção discursiva” engendrada durante as entrevistas coletivas com especialistas, integrantes da equipe técnica responsável pelas obras de construção do depósito, de que era necessário “virar a página negativa da história da cidade”. Essa “construção”, reforçada pela fala dos políticos e pela anuência de Abadia, direcionou os jornalistas a “olhar de outra maneira” o fim do “acidente com o césio 137”:

Houve toda uma construção para se olhar a história da cidade de outra maneira. Eu vou ser muito honesta. Eu percebo hoje, olhando para esta memória, né? Tinha que

---

15 O CRCN-GO é um complexo constituído por sete unidades: Laboratório de Radioecologia; Centro de Informações; Centro de Estudos e Formação em Radiologia; Prédio de Manutenção; Depósitos Definitivos; Prédio de Segurança, Guaritas e Torres de Observação e Laboratório de Monitoração Individual (CRCN-CO, 1997).

16 Ela trabalhava no Jornal *Diário da Manhã* e cobriu a inauguração do depósito. É de sua autoria a matéria “CNEN e GO inauguram depósito definitivo (05/06/1997). O uso do nome próprio foi autorizado pela entrevistada.

se vender esta ideia: a questão do acidente radiológico era essa página virada. De ser esse depósito seguro. Na coletiva de imprensa foi dito:

– “A população de Abadia não precisa se preocupar. Aqui se encerra este capítulo”.

Isto estava em todas as falas. Isto foi muito forte. Os especialistas bateram muito forte na competência deles. Então a gente percebia na equipe técnica que nos concedeu a entrevista, só de especialistas, o reforço (ênfase) desta competência de conseguir conter estes rejeitos. Que não haveria contaminação do lençol freático. Por mais que a gente não soubesse o que aconteceria no futuro, a gente acabou comprando a ideia de que era uma página virada: “Agora realmente acabou. E aqui jaz o cézio 137”. E a gente não tem como contestar com dados. Quem detém o discurso de verdade é o especialista. Quem diz que é seguro ou não seguro é o especialista. Por mais que você tenha conhecimento técnico de cobertura de jornalismo científico, você nunca vai ter condições para sentar com o físico nuclear e argumentar qual daquela espessura  $x$ ,  $y$  ou  $z$  de uma técnica de um depósito é a mais segura. Eu me sinto segura pela fala desses especialistas. Foi uma construção não no sentido de uma coisa maquiavélica. Construção não de algo pensado: nós vamos fazer isto para ter um resultado. Não. Não é intencional. Claro que a gente tinha atores políticos que tinham interesse – Não tenho a menor dúvida – e tentaram vender, fazer este discurso que pode ser convincente ou não. E aí o especialista é um elemento importante. Olhando toda a construção pelos discursos, o jornalista estava seguro porque ele concordou com a fala do especialista. Houve o convencimento pelos especialistas de que não haveria problema (Entrevista realizada Nôemia Félix, jornalista e professora universitária. Goiânia 15/10/2015).

Segundo Nôemia Félix, o compartilhamento da narrativa dos especialistas nucleares reverberou não só nas matérias publicadas, mas também na forma como ela e seus colegas vivenciaram a cerimônia

de inauguração: “A gente está vivenciando o marco histórico do acidente. A gente falava isto entre a gente com emoção: “está tudo resolvido”. Porque todo mundo queria esquecer, inclusive nós jornalistas. Foi um momento de emoção”. As memórias afetivas da jornalista me fizeram pensar sobre os meus próprios sentimentos naquele evento. Não me emocionei, não chorei, nem entendi que ali terminava a história do desastre. Enquanto ouvia as falas das autoridades, eu só me lembrava das histórias de vida que estava construindo naquele momento com as pessoas atingidas pelo desastre e todas elas permeadas de intenso e contínuo sofrimento. Nesse sentido, o desastre não era uma página virada com a realização daquela cerimônia de inauguração.

Ao contrário do entendimento da jornalista por mim ouvida em 2015, os especialistas nucleares eram atores políticos do desastre e a “construção” a que ela se refere foi mais do que discursiva. Na verdade, todo o processo de construção do depósito permanente foi um evento planejado e implementado desde 1991 por especialistas do sistema perito nuclear. Nomeado de “Projeto Goiânia” tinha, entre um dos seus objetivos, a aceitação pública do lixo e do depósito do lixo. Não por acaso, um dos documentos desse período e assinado por representantes da CNEN tem por título: “Aceitação do Local e da Construção do Depósito Definitivo de Rejeito Radioativo de Abadia de Goiás” (TRANJAN FILHO; RABELO, 1997). Nesse projeto, os jornalistas são entendidos como o primeiro grupo social a ser atingido na “produção” dessa aceitação pública. Nessa direção é empreendido um trabalho de “construção” de uma relação de confiança entre a CNEN – através do trabalho desenvolvido pelos especialistas nucleares em Goiânia – e jornalistas (Idem, p. 8). Entendo, pois, que as matérias do jornalismo impresso nas quais os jornalistas “compram

a ideia dos especialistas” como um “discurso de verdade” evidenciam que um dos objetivos do “Projeto Goiânia” foi alcançado.

### **Domesticando as percepções de risco do desastre: forjando o esquecimento dos malefícios da radiação**

Com o anúncio, em março de 1991, de que o Depósito Permanente de Rejeitos Radioativos seria construído na mesma área onde se localizava o depósito provisório, o sistema perito nuclear iniciou o projeto de contenção das opiniões e manifestações que se opunham a esta ideia. Duas ações interligadas foram consideradas, na perspectiva da CNEN, demonstração de mudança na sua forma de atuação em relação às preocupações levantadas pela população: a) a substituição do profissional responsável pelo Distrito de Goiás da CNEN (DIGOI); b) a abertura à visitação da área onde estava o depósito provisório, proibida até 1991, inclusive para a imprensa<sup>17</sup> (O POPULAR, 1990). Seguindo as diretrizes do “Projeto Goiânia”, José de Júlio Rozental, que havia trabalhado em Goiânia como coordenador da fase de descontaminação, voltou à cidade como supervisor do DIGOI. Segundo o Presidente da CNEN, Rozental havia estabelecido uma relação de confiabilidade com a população, e seu regresso sinalizaria aos habitantes da cidade a confiança quanto à segurança da obra a ser construída (TRANJAN FILHO; RABELO, 1997, p. 4-5). Ao mesmo tempo, as visitas ao Depósito Provisório de Rejeitos, impedidas no período de janeiro de 1988 a março de 1991, passaram a ser incentivadas e promovidas. Este novo direcionamento da atuação da CNEN em Goiás foi concebido como parte da estratégia para adqui-

---

17 Essa proibição provocou críticas de vários setores organizados e também da Câmara Municipal de Goiânia, onde uma comissão foi formada para discutir o tema. Membros dessa comissão ameaçaram acampar em frente ao depósito até obtenção de um pronunciamento da CNEN sobre o assunto (O POPULAR, 1990).

rir a confiança dos habitantes, dos políticos locais e da mídia para a implantação do Depósito Permanente de Rejeitos Radioativos.

Fundamentada no entendimento de que a percepção de risco pode ser modificada através da informação e que os resultados são mais bem atingidos quando os programas são direcionados aos jovens, a CNEN estabeleceu, em 1992, um programa educacional para estudantes do primeiro e segundo graus, intitulado “CNEN Vai às Escolas”. Este programa objetivava ensinar as noções básicas de energia nuclear e apresentar os benefícios do uso da radiação na agricultura, medicina e indústria. A realização do projeto incluía palestras, exibição de vídeos e visitas ao depósito (OTTO et al., 1996).

Em 1993, a publicação de artigos no suplemento infantil semanal “Almanaque” – encarte editado pelos jornais *O Popular*, *Jornal de Brasília* e *Jornal do Tocantins* – aumentou a população atingida pelo programa educacional “CNEN Vai às Escolas” (CNEN/DIGOI 1995). Como parte do processo de ‘purificação’ dos malefícios da radiação e da energia nuclear, os artigos veiculados pelo “Almanaque” ampliaram o público a receber a “educação sobre os aspectos positivos do nuclear” para além das escolas de Goiânia. Esta ampliação incluiu, também, a distribuição gratuita do “Suplemento Almanaque” para duzentas e quatro escolas públicas, atingindo uma média de cem mil estudantes.

Para a CNEN, a disseminação de informação sobre a questão nuclear e sobre a radiação integrava o processo de promover a desmistificação do risco da radiação e de domesticar a situação pós-emergencial do desastre. Era também objetivo enfatizar o conhecimento e a capacidade dos especialistas nucleares brasileiros em conter os efeitos danosos de um desastre radioativo. Embora a edificação de um depósito permanente tivesse sido declarada imprescindível desde 1987, sua construção foi protelada e a ajuda internacional recusada



para favorecer o uso de uma tecnologia brasileira. A protelação gerou dúvidas quanto à capacidade técnica da CNEN e, assim, ao mesmo tempo em que o “Projeto Goiânia” desenvolvia um programa educativo, ele reforçava o sentimento de nacionalismo e a competência dos especialistas da agência nuclear. O pronunciamento feito pelo Presidente da CNEN, em 1988, na Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal, ilustrou esta relação entre nacionalismo e competência tecnológica na gestão do desastre, noções que foram atualizadas quando da inauguração do depósito definitivo em 1997:

*(Em 1987)* Devido a um ou mais fatores de dispersão, diversos logradouros públicos também tiveram detectados níveis de radiação comparáveis com aqueles do segundo grupo de residências. Essa avaliação... era fundamental que, face às dúvidas que existiam da real dimensão do acidente, fosse garantida que apenas se limitava a esses locais. E duas técnicas foram aí aplicadas. E aí, Srs. Senadores, eu diria que foi um esforço de brasileiros em prol da garantia de segurança de brasileiros; e os meios usados foram meios brasileiros.

Repudiávamos, fortemente, ofertas internacionais que procuravam apenas demonstrar que não havia competência e que não havia condição de o Brasil, efetivamente, realizar essa tarefa. E a prova foi feita com o resultado da descontaminação num trabalho de 82 dias contados a partir do momento da identificação até o momento em que as áreas de Goiânia pudessem retornar aos níveis que lhe eram primitivos (NAZARÉ 1988, p. 12-13).

Portanto, na perspectiva dos peritos nucleares, a construção da narrativa oficial do desastre implicou a aglutinação de forças políticas para limpar os aspectos danosos da radiação e glorificar a competência brasileira em lidar com material radioativo contaminado desde a fase emergencial do desastre e dos primeiros momentos de gestão da catástrofe. A inauguração do depósito permanente de rejeitos radioa-

tivos, dez anos após o reconhecimento do vazamento de radiação, foi um marco decisivo no processo de estabelecimento das fronteiras da memória. Esta cerimônia simbolizou, no ponto de vista da CNEN, o momento de reintegração do drama social (TURNER, 1974, p. 3-37), o fim da crise e a volta à normalidade para as quais a instituição trabalhou ao longo de dez anos. A finalização obra/depósito visava à comprovação, para a população de Goiânia e para a comunidade internacional, de que o Brasil tinha competência na área nuclear, inclusive na gestão das consequências e do impacto social de um desastre radioativo. Mas, para isto, era necessário, antes, “construir” a aceitação pública da obra – como analisado.

O “Projeto Goiânia” evidenciou, também, a eliminação dos rastros que o lixo e o depósito poderiam deixar na paisagem. A área onde estava localizado o depósito temporário foi transformada em “Parque Estadual de Abadia de Goiás”,<sup>18</sup> onde se situa um complexo de edificações nomeado Centro Regional de Ciências Nucleares do Centro-Oeste. Usando o conhecimento científico, os especialistas nucleares brasileiros promoveram o “sepultamento” do rejeito radioativo em um depósito subterrâneo, entendido pelo coordenador do projeto como “uma vitória da tecnologia e das ciências brasileiras” (CUNHA, 1997, p. 3B). A mancha amarela impressa na paisagem pelos contêineres e tambores metálicos deu lugar a duas elevações gramadas. Os sinais dos possíveis efeitos tóxicos do desastre e de um rejeito cuja atividade radioativa se estenderá por trezentos anos foram eliminados do olhar. Nessa perspectiva, a produção de matérias na imprensa escrita local teve papel significativo na produção dessa representação: “O lixo está sepultado”.

---

18 Posteriormente nomeado como Parque Estadual Telma Ortegá, em homenagem à primeira prefeita de Abadia, Maria Telma Miranda Ortegá, falecida alguns meses após a inauguração do depósito permanente.



Figura 13: Depósito permanente de rejeitos. Na imagem, um dos “morros” no interior do qual foi construído o prédio contendo os rejeitos radioativos

### ***Strawberry Fields***

A “paisagem nuclear” construída sobre o depósito promove a eliminação dos rastros da radiação e do perigo e dá origem a um parque, não por acaso, inaugurado no dia 5 de junho – dia internacional do meio ambiente: O Parque Estadual de Abadia de Goiás. O “sepultamento do céσιο” engoliu simbolicamente a toxicidade, enquanto promoveu a recuperação de uma área antes considerada degradada por erosões, pela destruição de matas ciliares e da vegetação nativa. Uma paisagem de cerrado recomposta é então entregue à população no formato de um parque entendido como reserva ambiental. Como estratégia política, o governo do estado de Goiás e a agência nuclear se apropriam de valores veiculados durante a realização da ECO-92,<sup>19</sup> quais sejam: a preservação do meio ambiente e a valorização do bioma cerrado. Entendo, assim, que narrativas oficiais fazem uso de re-

---

19 Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento sustentável, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, durante a qual foi assinada a Agenda 21, um plano de ações com metas para a melhoria das condições ambientais do planeta terra.

apresentações culturais locais – o bioma cerrado – para enquadrar e formatar a paisagem do depósito permanente.

A paisagem nuclear, como quaisquer outras paisagens, são manifestações culturais e por isto “(...) são cenários ativos, implicados nas dimensões socioambientais e práticas humanas em interação” (SILVEIRA, 2009, p. 72). No caso do depósito de rejeitos radioativos de Abadia, a representação da natureza como higienizadora e portadora de pureza fundamenta o projeto de construção de aceitação pública do lixo radioativo através da desconstrução do risco que ele representa. Mesmo antes da criação do parque, essa ideia da natureza como agente de purificação já norteava ações empreendidas no depósito. Um canteiro de morangos foi cultivado nas imediações dos contêineres e tambores como prova de que frutas sadias poderiam germinar naquela terra. Os visitantes e, entre eles, eu também, éramos convidados a saborear do morango e, dessa forma, compartilhar do entendimento de que “nada ali era perigoso”.

Assim, o conteúdo da matéria do NYT, ao projetar no futuro o depósito como um lugar de turismo e lazer – de alimentação – é parte dessa estratégia pensada para moldar a percepção de risco e para construir a “paisagem nuclear” nos termos do sistema perito nuclear brasileiro. Como assinalado anteriormente, a mídia foi usada na produção da aceitação do local e da construção do depósito definitivo de rejeito radioativo de Abadia de Goiás. E o capital simbólico de uma reportagem publicada no *New York Times* foi levado em consideração.

Ao longo dos anos, nem o parque nem o depósito se transformaram, para os habitantes de Abadia e Goiânia, nesse lugar de lazer e harmonia em que os visitantes desfrutariam de um agradável passeio por entre bancas de artesanato e de guloseimas regionais. As chamadas visitas técnicas que acontecem ao Centro Regional de Ciências

Nucleares – CRCN-CO, organizadas por escolas, ou por empresas como a BSB Turismo e Entretenimento, de Brasília, podem ser entendidas como uma forma de turismo: o “turismo científico”. Contudo, não se configuram como a transformação de “uma história de horror” em uma história de alegria decorrente da visita a um lugar prazeroso.

No caso da catástrofe de Goiânia, argumento que existe uma contínua tensão entre narrativas de encerramento do evento e narrativas que contam de sua continuidade, o que conforma a política da memória do desastre, considerada por mim em trabalhos anteriores. A análise dessas narrativas indica, por um lado, que as falas dos “sobreviventes” rompem com a temporalidade definida pelo sistema perito nuclear e pelos agentes governamentais. Por outro, corrobora as afirmações de que as percepções de risco são engendradas em uma arena política (BECK, 1993; PALMLUND, 1992; DOUGLAS & WILDAVISKY, 1983).

Retomando a música dos Beatles, cujos versos iniciam este trabalho, pode-se adentrar o *Strawberry Fields*<sup>20</sup> com os olhos fechados e seguir em frente “sem nada entender” e “sem se preocupar”. Mas, sem entender o que se vê, “fica difícil ser alguém”. Assim, como uma antropóloga nativa desse desastre, argumento que o entendimento desta “paisagem nuclear” pressupõe colocar diferentes narrativas em perspectiva. Aquelas que relatam o “fim do desastre” e o “sepultamento do césio”. E as outras que narram, ainda em 2015, a luta contínua das *personas* césio por melhores condições de saúde; falam dos agenciamentos pelo reconhecimento jurídico da relação entre doença e desastre; ou, mesmo, aquelas em que moradores de Abadia de Goiás

---

20 *Strawberry Fields* é o nome de um orfanato mantido pelo Exército da Salvação, localizado em um subúrbio de Liverpool, na Grã-Bretanha, perto da casa em que John Lennon morava com a sua tia Mimi.

contam sobre o estigma impingido à cidade por abrigar o depósito do césio.

## Referências

BECK, Ulrich. *Risk society: towards a new modernity*. London: Sage Publications, 1993.

CHAVES, Elza Guedes. *O Depósito de Abadia: Suporte Material do Imaginário Social*. 1991. Tese (Doutorado), Ciências Sociais, UNICAMP, Campinas. (Trabalho apresentado no Curso “Sindicalismo do Campo: Comparações e Perspectivas Analíticas”) Doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

CNEN – DIGOI – COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR/DISTRITO DE GOIÂNIA – 1995. *Coletânea de Artigos sobre “Energia Nuclear” publicados no Encarte Infantil do Jornal “O Popular”*.

CRCN-CO – CENTRO REGIONAL DE CIÊNCIAS NUCLEARES DO CENTRO-OESTE. 1997. *Dia mundial do Meio Ambiente é comemorado com a inauguração do centro regional*. (Encarte impresso)

CRICK, Malcolm. “Representations of International Tourism in the Social Sciences: Sun, Sex, Sights, Savings, and Servility”. *Annual Review of Anthropology*, v. 18, p. 307-44, 1989.

DAS, Veena. *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*. Delhi: Oxford University Press, 1998.

DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, A. *Risk and Culture: An essay on the selection of technological and environmental dangers*. Berkeley: University of California Press, 1982.

IAEA - INTERNATIONAL ATOMIC ENERGY COMMISSION. *The radiological Accident in Goiânia*. Viena, IAEA, 1988.

KLEINMAN, Arthur et al. *Social Suffering*. Berkeley: University of California Press, 1997.

MATTHEWS, H. G. *International Tourism. A Political and Social Analysis*. MA: Schenkman, 1977.

MAUSS, Marcel. “Uma categoria do espírito humano; a noção de pessoa, a noção do “eu””. *Sociologia e Antropologia*. Antropologia. São Paulo, v. I, E.P.U. / EDUSP, 1974.

NAZARÉ, Rex. *CPI do Césio*. Brasília. Senado Federal, 3 de março de 1988. (Acervo Pessoal)

OTTO, A. C. et al. “Formação de base em energia nuclear: a experiência em Goiânia”. *Anais do VI Congresso Geral de Energia Nuclear*, Rio de Janeiro, out. 1995.

PALMLUND, Ingar. “Social drama and risk evaluation”. In: KRIMSKY, Sheldon; GOLDING, Dominic (Orgs.). *Social theories of risk*. Westport: Praeger Publishers, 1992. p. 197-212.

PÉRES, S. S.; SILVA, J. J. G. “Gerência dos Rejeitos Radioativos do HNMD e do IRD devido ao acidente de Goiânia”. *Seminário – Proteção Radiológica e Controle Ambiental*. Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear, 1988.

ROZENTHAL, José de Júlio. *Radiological Accident in Goiânia - Implementation of Response - Lessons and response*. IAEA interregional training course on planning, preparedness response to radiological emergencies. Argonne National Laboratory U.S.A., p. 35, 1989-1991.

SBF INTERROGA CNEN. “Autos de Goiânia”. *Suplemento*, v. 7, n. 40, p. 14-17, 1988.

SILVA, Telma Camargo da. “La catastrophe radioactive de Goiânia au Brésil: Conflits sur l’interprétation d’un désastre, comment vivre après?” *Multitudes*, v.1, n. 58, p. 161-166, 2015a.

\_\_\_\_\_. “Tracing identities through interconnections: the biological body, intersubjective experiences and narratives of suffering”. *Vibrant*, v. 12, n. 1, p. 265-294, 2015b. Disponível em: <http://www.vibrant.org.br/telma-camargo-da-silva-tracing-identities-through-interconnections/>.

\_\_\_\_\_. “Eventos críticos: sobreviventes, narrativas, testemunhos e silêncios”. 27a Reunião Brasileira de Antropologia, Belém, ago. 2010. Disponível em: [http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD\\_virtual\\_27\\_rba/arquivos/grupos\\_trabalho/gt20/tcs.pdf](http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_virtual_27_rba/arquivos/grupos_trabalho/gt20/tcs.pdf).

\_\_\_\_\_. “Colecionando cartões postais: os lugares constituídos em contexto de isolamento”. *Visualidades*. Revista do Programa de Mestrado em Cultura Visual. Faculdade de Artes Visuais. Goiânia: UFG, v. 7, n. 1, jan./jun., p. 212-233, 2009 (2007).

\_\_\_\_\_. “As fronteiras das lembranças: memória corporificada, construção de identidades e purificação simbólica no caso de desastre radioativo”. *Vivência*. Natal: UFRN, n. 28, p. 57-73, 2005.

\_\_\_\_\_. Desastre como processo: saberes, vulnerabilidade e sofrimento social no caso de Goiânia. In: LEIBING, Annette. *Tecnologias do Corpo: Uma antropologia das medicinas no Brasil*. Rio de Janeiro: NAU, 2004. p. 201-225.

\_\_\_\_\_. *Radiation Illness Representation and Experience: The Aftermath of the Goiânia Radiological Disaster*. 2002. Thèse (Doctorat) New York: City University of New York - Graduate Center (CUNY -GC).

\_\_\_\_\_. “Bodily memory and the politics of remembrance: the aftermath of Goiânia radiological disaster”. *High Plains Applied Anthropologist*. Colorado: U.S.A., v. 21, n. 1, p. 40-52, 2001a. (Understanding Disasters and Catastrophes: an anthropological perspective)

\_\_\_\_\_. “Traces, souvenirs, oubli”. *Infos Brésil*. Paris, n. 172, p. 10-11, 2001b.



\_\_\_\_\_. “Soldado é superior ao tempo”: da ordem militar à experiência do corpo como lócus de resistência”. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, v. 5, n. 9, p. 119-143, 1998a.

\_\_\_\_\_. Política da memória: recompondo as lembranças no caso do desastre radiológico de Goiânia”. In: FREITAS, Carmelita Brito (Org.) *Memória*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 1998b. p. 117-138.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu de. “A paisagem como fenômeno complexo, reflexões sobre um tema interdisciplinar”. In: SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu de; CANCELA, Cristina Donza (Orgs.). *Paisagem e Cultura: Dinâmicas do patrimônio e da memória na atualidade*. Belém: EDUFPA, 2009. p. 69-83.

TURNER, Victor. *Drama, fields, and metaphors: Symbolic action in human society*. Ithaca: Cornell University Press; California Press, 1974.

TRANJAN FILHO, Alfredo; RABELO, Paulo Ney. *Aceitação do Local e da Construção do Depósito Definitivo de Rejeito Radioativo de Abadia de Goiás*. c:digoi\10-anosf.doc. Acervo pessoal (1997).

VELHO, Gilberto. “Memória, identidade e projeto”. In: *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 97-105.

VERON, Eliseo. *Construire L'Événement : les médias et l'accident de Three Mile Island*. Paris : Les Éditions de Minuit, 1981.

ZONABEND, Françoise. “Paysage au Nucléaire”. In : ROGER, Alain. *La théorie du Paysage en France, 1974-1994*. Seyssel: Éditions Champ Vallon, 1995. p. 284-300.

## Referências de periódicos

AZEREDO, Rachel. “Dias Negros, sem Passado”. *O Popular*. (Caderno 2). Goiânia, publicado em 22 mai. 1988.

BROOKE, James. "Tourist Site Springs From a Nuclear Horror Story". *The New York Times*. Nova York, publicado em 3 mai. 1995.

CIÊNCIA HOJE – SBPC. – INFORME. "Acidente de Goiânia". *Boletim Informativo da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, v. 17, n. 117, 23 jun. 1989.

CUNHA, Rosane Rodrigues da. "Parque de Abadia sobre o Césio". *O Popular*. (Caderno 3 B). Goiânia. Publicado em 06/06/1997.

DIÁRIO DA MANHÃ. "Menina do césio vai para seleção". Goiânia, publicado em 6 jun. 1997.

FÉLIX, Noêmia. "Depósito do césio é inaugurado". *Diário da Manhã*. Goiânia, publicado em 5 jun. 1997.

HOUSE, Richard. "Burial of Radiation Victims Protested". *Washington Post*. Washington, 27 out. 1987.

MONSORES, Lieda Sobrosa M. "Os tambores do lixo radioativo". *O Popular*. Goiânia, 23 set. 1989.

O POPULAR. "Comissão ameaça acampar no local do lixo atômico". Primeira página. Goiânia, 07 nov. 1990.

O POPULAR. "Seção: Política". Goiânia, 15 abr. 1989.

SIMONS, Marlise. "Deaths Raise Brazil's Fear of Radiation". *The New York Times*. Nova York, 29 out. 1987.